

PEDRO FAZENDEIRO: TRAJETÓRIA, LUTA E DOR DE UM LÍDER

Janicleide Martins de Moraes Alves

Graduada em História/UFPB; Aluna de Especialização Letras/ UFPB

E-mail: janicleide_alves@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ligas Camponesas; Reforma Agrária; Golpe de 64

1. Introdução

A penetração intensa do capital no setor canavieiro da Paraíba, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, alterou consideravelmente o espaço agrário deste estado, agravando os conflitos por terra e os debates pela reforma agrária. Estimuladas pelo desenvolvimentismo do governo JK, essas alterações transformaram as relações de produção dentro do sistema latifundiário paraibano, terminando com a expropriação definitiva do camponês e sua expulsão da terra. Esse processo contraiu aspecto próprio na resistência tracejada pelo campesinato por meio da criação das Ligas Camponesas, importante movimento social, que trouxe inúmeros benefícios para os camponeses até então às margens dos direitos trabalhistas. As Ligas ganhavam adeptos por todo o estado paraibano até a eclosão do Golpe de 64 que, numa aliança entre o Estado e os grandes proprietários, travou uma verdadeira caça às lideranças camponesas.

A utilização da história oral se expandiu nos final dos anos 1960 e início dos anos 1970, pela necessidade, na Inglaterra, que Paul Thompson teve em coletar dados para estudar um período recente da então história social inglesa. No Brasil, o Programa de História Oral do CPDOC conferiu grande importância ao uso da história oral enquanto método de pesquisa. Entendendo essa metodologia como forma de trazer a fala daqueles sujeitos que foram silenciados pela história oficial, coletamos os depoimentos de alguns familiares e companheiros de luta de Pedro Fazendeiro para delinear a importância da sua trajetória nas Ligas Camponesas Paraibanas.

2. Modernização do campo e questão agrária

Nos anos 50 a agricultura no país passava por uma fase de modernização, mas, apesar de o Nordeste ter vivenciado um processo de expansão econômica, com o crescimento do setor industrial, a situação do campo necessitava de soluções urgentes. Com o surgimento das Usinas, os antigos Engenhos passaram a ser comprados para ampliação da área cultivada ou se transformaram em fornecedores de cana para elas. Tendo sido uma faixa de terras das mais cobiçadas historicamente, a área localizada às margens do Rio Paraíba, evidenciou-se como a de maior produção de açúcar e álcool do estado paraibano, tornando-se palco do conflito entre camponeses e latifundiários. De acordo com Assis Lemos

Os usineiros que haviam incorporado as terras dos antigos engenhos, não reinvestiam os lucros nas suas atividades produtivas. Ao contrário, destinavam-nos às viagens ao exterior, à construção de mansões luxuosíssimas, investindo ainda em outras atividades, como bancos, indústria e comércio, sem nunca modernizar suas Usinas. Destruíam as lavouras dos camponeses, derrubavam seus casebres, deixando as vítimas ao desabrigo. Expulsavam trabalhadores sem qualquer indenização.

Para os adeptos da lógica do capital, se tornou inviável permitir lavouras de subsistência na Várzea do Paraíba, pois seria um empecilho para o aumento de suas rendas e, como o Estado não regulamentava as relações de trabalho na terra, deixando o campesinato à margem dos direitos sindicais e benefícios sociais, houve um aceleração da expropriação dos camponeses. Essas expropriações obrigavam os trabalhadores rurais a fugirem para os grandes centros, trazendo graves conseqüências para os mesmos, pois, de acordo com Ignácio Rangel, “O camponês expulso de sua exploração familiar miserável, do Nordeste, no processo de aparecimento do capitalismo agropecuário, tem agora uma alternativa a ser desempregado, mendigo, vagabundo, ou prostituta.” Embora o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) tenha sido considerado o mais bem-sucedido da experiência democrática no Brasil, o seu discurso desenvolvimentista deixou ao país uma herança de alta inflação, aumento da dívida externa e disparidades regionais. JK não tocou na Reforma Agrária, que nesse momento destacava-se como uma reivindicação prioritária dos trabalhadores do campo. Para Vânia Moreira

JK evitou definir uma política agrária, aliás, a despeito também da ampliação dos conflitos fundiários e do crescimento dos movimentos sociais e políticos no campo, como as Ligas Camponesas que agitavam o Nordeste, a crescente organização do sindicalismo rural ou, ainda, outros tantos movimentos rurais, inclusive armados, que surgiam no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Além de omitir-se quanto à concretização da reforma agrária, JK beneficiou a expansão do modelo oligárquico de apropriação territorial e a agricultura continuava baseada no latifúndio, caracterizada pela miséria no meio rural. Na Paraíba, a estrutura fundiária de concentração das terras e do poder econômico produziu a formação de oligarquias que dominavam as populações rurais pobres, controlando o poder político local e estadual. Os latifundiários donos das várzeas do Paraíba constituíram o chamado Grupo da Várzea, que se destacava não só pela influência política que exercia nessa região, mas também pela violenta forma de tratar os conflitos de terra local, uma vez que o estado não exercia controle sob seus atos. De acordo com Benevides, este Grupo foi um “um fenômeno político da Paraíba, implantado pela agroindústria canavieira”.

3. Pedro Fazendeiro e a Liga Camponesa de Sapé

A criação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, realizada em fevereiro de 1958 no Grupo Escolar Gentil Lins, deu origem à Liga Camponesa de Sapé. Seguindo os princípios da Liga do Engenho Galiléia/PE, a entidade nasceu com a finalidade de prestar assistência social e jurídica aos associados. Posteriormente, as reivindicações foram direcionadas em favor da luta pela reforma agrária. O seu nome estava ligado à ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil). Vários segmentos urbanos apoiaram a Liga Camponesa de Sapé e suas operações de luta eram mais moderadas do que as usadas na Liga do Engenho Galiléia/PE.

Na várzea paraibana, prevaleciam os contratos de meação e parceria, onde o camponês habitava num casebre e plantava culturas de subsistência sendo obrigado a cultivar a terra e dividir a colheita com o proprietário, sob condições de não iniciá-la sem aviso prévio. O trabalhador ainda era obrigado a dar alguns dias de trabalho gratuito na propriedade, como pagamento da terra que utilizava, era o foro. Este trabalho também era conhecido por Cambão. O salário que recebiam era em forma de “vales” que eram trocados por alimentos ou mantimentos de primeira necessidade no “barracão”. Essa era uma forma de o proprietário manter o camponês preso à propriedade, porque o mesmo estava sempre devendo ao barracão. Insatisfeitos, os trabalhadores passaram a reivindicar o fim do cambão e o pagamento do foro da terra em dinheiro, pois, haviam tomado conhecimento de que um dia de cambão que pagavam pelo sítio onde moravam, equivalia a “52 dias anuais”, que, transformados em dinheiro, daria para comprar, em dois anos a terra que lavravam.

Pedro Inácio de Araújo nasceu na cidade de Itabaiana, Paraíba, no dia 08 de junho de 1909, filho dos agricultores Pedro Antônio Felix e Ana Maria da Conceição. Casou com Maria Júlia de Araújo com quem teve cinco filhos. Após sair do quartel, comprou fazendas (tecidos) e passou a vender, recebendo, assim, o nome de Pedro Fazendeiro. Vendendo tecidos conheceu e se instalou como posseiro em Miriri, região que ficava entre Mamanguape e Sapé e que pertencia a Pedro Ramos Coutinho, irmão de Renato Ribeiro Coutinho, um dos maiores usineiros do Grupo da Várzea. Na medida em que andava a pé, vendendo tecidos em praticamente toda a Várzea do Paraíba, Pedro estabelecia amizades, adquirindo um grande conhecimento geográfico da área.

As reivindicações e conquistas do campesinato do Engenho Galiléia/PE chegavam à Paraíba incentivando os camponeses deste estado a também lutar por seus direitos. Pedro havia conhecido os ideais socialistas através do irmão mais velho e, indignado com a situação de abandono no campo, almejava uma transformação na condição de vida dos agricultores. Então, o ano era 1955, quando realizou ao lado de João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), o primeiro encontro dos camponeses de Sapé na casa de João Pedro Teixeira. Posteriormente, assumiu o cargo de 2º Secretário na primeira Diretoria da Liga Camponesa de Sapé, consolidando sua permanência na mesma. A partir daí, se entregou com paixão ao movimento e às campanhas de massa. O fato de conhecer bem a geografia da região facilitou o seu apoio na formação de várias Ligas

Camponesas no estado da Paraíba. Sua sabedoria e jeito terno de ser, convencia os mais rudes camponeses a aderirem ao movimento. Exedito Maurício da Costa enfatiza a astúcia de Pedro Fazendeiro, destacando que, para entrar nos canaviais dos usineiros, o líder carregava um “tabuleirinho de cocada para vender aos cortadores de cana” e divulgar o movimento camponês. Em pouco tempo a Liga de Sapé havia se tornado a maior do Brasil. A respeito da coragem que levava Pedro aos lugares mais distantes e arriscados Assis Lemos, que militou ao seu lado, afirma:

[...] Pedro Fazendeiro era um homem tranqüilo, de uma coragem extraordinária! Porque ele ia para os lugares mais perigosos com a mesma tranqüilidade, como se estivesse andando na cidade ou no campo [...] Ele não levava em consideração, o perigo que corria. E ele, então, participou da fundação de quase todas as Ligas Camponesas aqui da Paraíba. E, teve uma importância muito grande! [...]

A organização dos camponeses rendeu conquistas sociais e econômicas aos municípios em que atuaram. O Cambão teve fim e foram instalados vários postos do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência). Estávamos diante de um movimento que se consolidava, mesmo em meio à violência dos proprietários. O agravamento dessa violência se deu com o descontentamento dos latifundiários diante da ascensão e conquistas que as Ligas vinham adquirindo. Então, para aterrorizar os camponeses, mandavam derrubar os seus casebres utilizando a força da polícia para intimidá-los e expulsá-los de suas fazendas. No Engenho Miriri, em Sapé, foi eliminado por bala de fuzil, o primeiro líder camponês na Paraíba, Alfredo Nascimento. Na cidade de Mari houve um confronto violento entre camponeses, vigias e policiais, onde morreram onze pessoas.

A questão agrária na Paraíba, envolvendo camponeses de um lado, e do outro as milícias particulares dos latifundiários começava a encharcar o estado com o derramamento de sangue. Já não havia apenas a expulsão do camponês das terras e a queima dos casebres ou das lavouras de subsistência sem direito à indenização. Sob o governo ambíguo de Pedro Gondim, que tentava agradar tanto a massa camponesa quanto o bloco agroindustrial, o Grupo da Várzea declarou guerra ao movimento camponês. A “paz agrária” que só existiu enquanto os camponeses se submetiam às vontades dos coronéis havia chegado ao fim, pois estes, além de conscientes de sua exclusão política e social, estavam cansados da violência até então disfarçada dos senhores de terra. O terror se espalhava por todo o Estado e, no dia 02 de abril de 1962, João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, foi assassinado a mando do usineiro Aguinaldo Veloso Borges que, por representar o poderio do bloco agroindustrial, não foi preso.

Os camponeses e a Paraíba ficaram impactados com o assassinato de João Pedro Teixeira que logo se tornou um mártir da luta camponesa. Mesmo sentindo a ofensiva, o movimento não retrocedeu e, ao contrário do que esperavam os latifundiários, as Ligas se

fortaleceram com o aumento do número de associados. Sobre esta efervescência social, Benevides assegura: “Enganavam-se os proprietários na sua lógica. Mal desaparecia um líder camponês, imediatamente despontava outro. Formara-se uma escola rústica de lideranças e os trabalhadores do campo entravam na história do Brasil pelo holocausto de seus mártires.”

A perda de mais um amigo e a crescente onda de violência não intimidaram Pedro Fazendeiro que continuou sua luta ao lado de Elizabeth Teixeira, Nêgo Fuba, e dos demais membros da Diretoria. Em face do seu desempenho e, estando na mira dos latifundiários, o líder sofre o primeiro atentado, sendo atingido na perna e omoplata esquerdas, por duas balas de uma arma privativa das Forças Armadas. O ataque ocorreu em dezembro de 1961, no centro da cidade de Sapé. Pedro teve o fêmur fraturado, e após algumas cirurgias, recebeu platina na perna que lhe resultou em uma deformidade. Mais uma vez as autoridades do estado não se dispuseram a penalizar os agressores. O segundo atentado ocorreu em setembro de 1962, quando se encontrava com Assis Lemos de Souza, na sede da Liga de Itabaiana, mas, apesar de ter sido brutalmente espancado, o líder sobreviveu. Em meio às prisões, ofensas e atentados que vinha sofrendo, Pedro parecia uma fênix ressurgindo das cinzas.

4. Impacto do Golpe de 64 nas Ligas e na família de Pedro Fazendeiro

O presidente Jango foi o último governo democrático antes do Golpe de 64, e, ao contrário de Juscelino Kubitschek que não conjeturou a Reforma Agrária, o seu governo buscou alterar as estruturas econômicas e sociais, procurando implantar reformas de base. Simpatizante das massas populares Jango assinou a Reforma Agrária, divulgando um decreto que sequer foi analisado pelo Congresso Nacional. Diante da efervescência social que o país vivia, as forças políticas conservadoras temiam que explodisse uma revolução, capaz de transformar a nação num país socialista, como havia acontecido em Cuba. Assim, contrários à implantação da Reforma Agrária e ao avanço da participação popular os grupos dominantes se uniram ao setor militar e deflagraram o Golpe que, em 1º de abril de 1964, acabou com as instituições democráticas no país, dando justificativas de que a ordem precisava ser mantida.

A clandestinidade foi o caminho encontrado por muitos que procuraram fugir da onda de prisão, tortura e morte que caracterizavam o movimento golpista. Pedro Fazendeiro não fugiu. Após abrigar-se por alguns dias na casa de um amigo, se entregou ao Exército por julgar ser mais seguro do que cair nas mãos do Coronel de Polícia Luís de Barros. Segundo Josineide, este Coronel aterrorizava os camponeses, e tinha “sede” em Pedro Fazendeiro,

Ele foi com as próprias pernas. Porque ele foi com as próprias pernas? Por que o Coronel Luís de Barros, que era o terror contra o movimento dos camponeses na época, tinha uma sede no meu pai. Então, o que é que o meu pai temeu? Temeu cair nas mãos de Luís de Barros, e achou que o Exército era mais íntegro. Então

foi ao Exército para se apresentar, para prestar esclarecimentos. Foi, ficou e nunca mais saiu.

Seguindo os conselhos da irmã e acreditando que responderia ao inquérito e voltaria para casa, Pedro se entregou no 15º RI (Regimento de Infantaria do Exército), no dia 28 de abril de 1964. Ele não imaginava, mas com aquela decisão teria início o seu martírio e o da sua família. Após se apresentar Pedro ficou detido, sendo visitado apenas aos domingos. No sítio onde vivia como posseiro em Miriri, as fruteiras, os açudes e todos os roçados que havia plantado foram devastados, deixando sua esposa e filhos sem alimento. Sobre esse período difícil D. Maria Júlia, esposa do líder camponês, diz que, como não tinham o que comer, a família alimentava-se de uma espécie de breido, o mesmo que os porcos comiam. Certa vez, tendo acabado o breido, afirma que cozinhou um mato chamado Maria-segunda e comeu. Após um tempo, vendo que aquele mato não a tinha envenenado, deu para os filhos comerem.

Enquanto esteve detido no 15º RI sob as ordens do Major Cordeiro, Pedro Fazendeiro era submetido a interrogatórios acompanhados de sessões de tortura, mas nas visitas que recebia da família, não falava sobre o assunto. O líder aguardava a liberdade numa ânsia contida, e mostrava otimismo quando indagado pela esposa sobre qual dia sairia da prisão. Porém, na última visita ao marido, D. Maria Júlia repetiu uma pergunta que sempre fazia: “Pedro, quando é que você vai sair daqui, homem?” E ele, que sempre estava otimista, nesse dia respondeu: “Eu estou achando que nunca porque eles querem que eu descubra coisas que eu não sei”. O líder estava sendo acusado pelo assassinato de Rubens Régis e, diante dos inúmeros interrogatórios para os quais não tinha resposta, e que procuravam a todo custo incriminá-lo, já dava sinais de desânimo.

No dia 07 de setembro de 1964, Pedro Fazendeiro foi liberado do 15º RI. Assis Lemos, que também estava preso, afirma que, aproximadamente às 19:00h, um sargento anunciou que Pedro seria solto. Em Recife, corriam notícias de que os presos libertos estavam sendo pegos na esquina e transportados para outro quartel. Assim, Antônio Bolinha, ex-prefeito de Rio Tinto, deu cinco cruzeiros para Pedro Fazendeiro orientando-o a pegar um táxi na frente dos guardas e ir direto para casa. Sem imaginar o que o aguardava fora do quartel, ele respondeu: “Com esse dinheiro aqui eu vou comprar uma galinha gorda para comer em casa com a minha velha e com os meus filhos”.

D. Maria Júlia ficou sabendo que o marido havia sido solto através da cunhada. Preocupada porque ele não havia chegado em casa, foi com a filha Josineide ao 15º RI procurá-lo. Ao chegar no quartel perguntando pelo marido, um sargento respondeu: “O Sr. Pedro foi solto” e, mostrando que o líder havia assinado um livro de soltura, foi taxativo: “Se ele não chegou em casa, é porque foi pego pela polícia”. Constatava-se a triste notícia: Ao sair do 15º RI, Pedro Fazendeiro havia desaparecido, inserindo-se entre as primeiras vítimas da terrível lista de desaparecidos políticos do regime militar. Mãe e filha procuraram o líder em diversos lugares,

incluindo o quartel, mas sem condições financeiras e com medo de represálias, cessaram as buscas.

No dia 10 de setembro de 1964, três dias após Pedro Fazendeiro ter sido posto em “liberdade”, o jornal Correio da Paraíba publica uma foto de dois cadáveres, encontrados à margem da rodovia BR-104 (que liga Campina Grande a Caruaru) no distrito de Alcantil, município de Boqueirão, trazendo uma matéria em que responsabilizava o Esquadrão da Morte pela execução. Nesse período, era comum aos órgãos de repressão do regime militar divulgar as notícias das mortes dos opositores ao sistema denegrindo a imagem do militante, contando versões de tiroteios, fuzilamentos e suicídios que disfarçavam os mais covardes assassinatos. Na foto 01 evidenciamos a tentativa do Estado, através da imprensa, de ocultar a brutalidade dos crimes,



Apesar da tarja, ao analisar a fatídica imagem dos cadáveres D. Maria Júlia reconheceu tratar-se do marido desaparecido. Sobre esse dia observa: “Era ele. Conheci pelo jeito disso aqui [apontando para o tórax] e o tipo de João Alfredo perto dele, com uma perna, por debaixo duma perna dele”. Com o sumiço de Pedro, e tendo agora que criar os cinco filhos, D. Maria Júlia ainda foi forçada a suportar as intimações enviadas pelo Exército rastreando o destino do próprio marido. Para ela, os homens que iam à sua casa estavam “jogando verde para colher maduro”, uma vez que sabiam que já tinham assassinado o seu esposo. A perseguição e a discriminação tornaram-se comuns à família do líder a ponto de, nas escolas, não permitirem que os seus filhos estudassem.

5. Relatos de tortura e a Lei nº 9.140/95

Sobre os últimos momentos de vida de Pedro Fazendeiro, Náugia expõe que a família ficou sabendo das torturas que o pai teria sofrido através do Cabo Chiquinho, policial atuante na época. Vinte anos após a morte do líder, numa conversa com a tia (ironicamente sogra da filha mais velha de Pedro Fazendeiro), o Cabo teria descrito as torturas que levaram o camponês à morte. A imagem sem tarja da Foto 02, publicada apenas no ano de 1995, denuncia o terror que afligiu o país durante o regime militar.



Foto 02 - Corpos de Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba
Jornal Correio da Paraíba. João Pessoa, 02 de setembro de 1995

A partir dos relatos do Cabo Chiquinho, as atrocidades aplicadas ao pai são descritas por Náugia:

Pai foi muito torturado. Ele disse que pai foi queimado, enterrado vivo e que furaram os olhos dele. Que o amarravam com uma corda e puxavam o corpo dele para o alto de uma árvore e quando chegava no topo soltavam e ficavam repetindo essa tortura. Disse também que o castraram! Arrancaram seus testículos e o fizeram engolir, e mesmo assim ele pediu para vir pra casa terminar de criar os filhos. Mais continuar a vida pra ele não estava mais nos planos desses homens, desses miseráveis e, terminaram de matá-lo.

Um grande silêncio se abateu sobre as mortes dos líderes camponeses durante o regime militar. Mas após a instauração da Lei nº 9.140/95 Josineide constatou, no Diário Oficial de 05 de dezembro de 1995, que o nome de Pedro Fazendeiro se encontrava na lista dos desaparecidos políticos. Em seguida, para garantir a busca e exumação dos corpos e a liberação do atestado de óbito, formalizou um processo junto à Comissão de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa, levando todos os documentos que comprovavam o desaparecimento do seu pai logo após o Golpe. Assim, foram feitas tentativas de escavações em Alcantil, distrito de Boqueirão, onde os cadáveres de Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba haviam sido encontrados e enterrados no ano de 1964. Durante as tentativas de escavações, crescia a esperança da família de Pedro Fazendeiro que desejava encontrar seus restos mortais para enterrá-los dignamente. Mas diante do fracasso dos funcionários do Instituto Médico Legal, da Polícia Científica e da Polícia do Estado, os corpos dos camponeses não foram encontrados para a exumação prevista e a decepção tomou conta da família de Pedro Fazendeiro. Se o Estado tivesse realmente investido com tecnologias avançadas

como as utilizadas nas escavações em busca de desaparecidos políticos de outros países da América Latina, certamente os corpos teriam sido encontrados.

Após as tentativas frustradas de escavações que só mexeram com feridas nunca cicatrizadas da família Araújo, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, resolve liberar no dia 08 de fevereiro de 1996, portanto trinta e dois anos após o seu desaparecimento, o frio Atestado de Óbito de Pedro Fazendeiro. Em seguida, o governo propôs uma indenização para a família do líder. Sobre essa medida do governo Josineide desabafa “nem cem mil reais, nem cem milhões de reais valem a vida do meu pai, nós queríamos ele perto da gente!”. Com esta indenização o governo pretendia apagar os anos de escassez, medo, fome, discriminação e angústia que nortearam a vida dos filhos e da viúva do líder assassinado. Mas dinheiro algum poderia reparar esses danos e suprir a ausência de Pedro. A família havia desmoronado e só o tempo poderia erguê-la outra vez.

Considerações finais

Várias décadas se passaram desde a criação das Ligas Camponesas e percebemos que o modelo agrário concentrador e desigual continua fazendo vítimas. Os conflitos por terra ainda existem e a violência é cada vez mais transparente. Hoje, já não se “levam” as pessoas às escondidas ou durante a noite, como fizeram com Pedro Fazendeiro. Não, os massacres ocorrem em público e à luz do dia, a exemplo da sindicalista paraibana Maria Margarida Alves, assassinada, em casa, a mando de latifundiários. E o que dizer do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no ano de 1996 no Pará, onde foram mortos dezenove trabalhadores rurais?

A luta não pára. Aniquila-se um movimento e logo nasce outro. Pedro e as Ligas se foram, mas retornaram através do MST que está aí, lutando por uma Reforma Agrária que ainda não se concretizou, apesar de o país ter como presidente um ex-sindicalista, eleito pelo Partido dos Trabalhadores. É inadmissível ver tantos brasileiros sem terra enquanto uma só pessoa é possuidora de 5,10 mil hectares. Os imensos latifúndios improdutivos, com terras férteis e próximas dos mercados, devem ser desapropriados para integrar os trabalhadores na sociedade, ao invés de forçá-los a fugirem, para as periferias das cidades, criando mais e mais favelas.

Paul Thompson afirma que “Falar sobre o passado pode despertar memórias dolorosas que, por sua vez, despertam sentimentos intensos que [...] podem afligir um informante”. Nos testemunhos que coletamos, carregados de trauma e amargura, da viúva e filhas de Pedro Fazendeiro, constatamos a afirmação do autor. Como sofreu a família de Pedro Fazendeiro! Fome, discriminação, medo, espera e revolta. Sentimentos contidos num momento em que o regime militar não os permitia exprimir. Ao torturarem, matarem e fazerem desaparecer o corpo do humilde líder, os seus algozes teriam imaginado a extensão do sofrimento causado a toda uma família?

“A única luta que se perde é aquela que se abandona.” Esta frase de Luiz José da Cunha retrata a luta camponesa dos anos 1950 e 1960 que atravessou décadas e atualmente é encabeçada pelo MST, evidenciando que a luta continua. A violência do grupo dominante da várzea paraibana, reforçada com o Golpe de 64, não calou a voz dos camponeses que almejavam um pedaço de terra para viver em paz com suas famílias, em condições dignas de sobrevivência. Podemos ouvir o eco daquelas vozes nos atuais movimentos sociais que tentam concretizar os ideais dos mártires da luta pela terra, a exemplo de Pedro Fazendeiro que, na defesa de uma sociedade mais justa, encontrou a morte nas mãos de gananciosos latifundiários e frios ditadores.